

ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE EUSÉBIO
EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Eusébio - CE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida. Coronel Cícero Sá, 100, Centro, Eusébio - CE, neste ato representado pelo Ex.^{mo} Prefeito Sr. **ACILON GONÇALVES PINTO JÚNIOR**, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público destinado à seleção de candidatos para provimento de cargos efetivos, conforme vagas indicadas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital, adotando para os cargos o regime estatutário.

As provas seletivas teórico-objetivas, objeto do presente edital, serão eliminatórias e classificatórias e terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Consulpam – Consultoria Público-Privada. O Concurso Público reger-se-á nos termos da legislação vigente, em obediência ao Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal Brasileira, e pelas normas contidas neste edital.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Concurso Público será regulado pelas normas do presente edital e seus anexos que, juntos, compõem o Manual do Candidato, cujo teor terá peso de legislação para a Prefeitura Municipal de Eusébio- CE e para os candidatos, além de serem respeitados os princípios gerais do Direito Administrativo. Acompanham o presente edital, sendo dele partes componentes, os seguintes anexos:
 - a) **ANEXO I – Cargos, número de vagas, salário, carga horária e escolaridade;**
 - b) **ANEXO II – Quadro de Provas;**
 - c) **ANEXO III – Programa das provas do Concurso Público 001/2024;**
 - d) **ANEXO IV – Atribuições dos Cargos;**
 - e) **ANEXO V – Fórmulas - Pontuação Final;**
 - f) **ANEXO VI – Declaração de Solicitação de Condição Especial;**
 - g) **ANEXO VII – Formulário para Recursos;**
 - h) **ANEXO VIII – Requerimento para isenção de pagamento das inscrições.**
2. O concurso destina-se ao preenchimento das vagas existentes no quadro funcional permanente da Prefeitura Municipal de Eusébio, cujo códigos dos cargos, carga horária, vencimentos e requisitos para investidura constam no Anexo I.
3. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que haja necessidade e interesse da administração pública e candidatos aprovados para os cargos e desde que não tenha vencido o primeiro prazo, conforme o artigo 37, inciso III da Constituição Federal.
4. O cronograma das atividades desenvolver-se-á com a estimativa de datas previstas no quadro a seguir. Este cronograma poderá ser alterado em face de motivação de caso fortuito ou de força maior.

5. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATAS E PRAZOS
Período de inscrição	13 de agosto a 10 de setembro de 2024 Reaberto: 12 de setembro a 01 de outubro de 2024
Período de Impugnação ao Edital	13 e 14 de agosto de 2024
Local de inscrição	www.consulpam.com.br
Solicitação de isenção	13 e 14 de agosto de 2024
Resultado preliminar da solicitação de isenção da taxa de inscrição	21 de agosto de 2024
Recursos contra o resultado da solicitação de isenção da taxa de inscrição	22 e 23 de agosto de 2024
Resultado pós-recurso da solicitação de isenção da taxa de inscrição	30 de agosto de 2024
Solicitação de atendimento diferenciado e entrega de laudo médico para comprovação de candidato com deficiência e/ou do atendimento diferenciado	13 de agosto a 10 de setembro de 2024 Reaberto: 12 de setembro a 01 de outubro de 2024
Resultado preliminar da solicitação de inscrição regular, da condição de candidato com deficiência e/ou do atendimento diferenciado	08 de outubro de 2024
Recurso contra o resultado preliminar da solicitação de inscrição regular, da condição de candidato com deficiência e/ou do atendimento diferenciado	09 e 10 de outubro de 2024
Homologação dos candidatos pagos e relação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência, correções de dados e informações do candidato	17 de outubro de 2024
Horário da prova e local	18 de novembro de 2024
DATA DA PROVA OBJETIVA	01 DE DEZEMBRO DE 2024 MANHÃ: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE) TARDE: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)
Gabarito preliminar da prova objetiva	02 de dezembro de 2024
Recurso contra o gabarito preliminar	03 e 04 de dezembro de 2024
Gabarito pós-recursos	11 de dezembro de 2024
Resultado preliminar da prova objetiva	18 de dezembro de 2024
Recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	19 e 20 de dezembro de 2024
Resultado pós-recursos e Resultado Final da prova objetiva	27 de dezembro de 2024
Resultado Final	30 de dezembro de 2024
Homologação	30 de dezembro de 2024

*As datas acima podem ser mudadas de acordo com a necessidade e conveniência, com a publicação de edital para amplo conhecimento.

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições estarão abertas no período de acordo com o cronograma das atividades, disponível neste edital e atualizado no site www.consulpam.com.br.

1.2. O pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser feito por meio de pagamento de boleto bancário gerado no período de inscrições no site www.consulpam.com.br. Não serão consideradas inscrições cujos boletos forem gerados e/ou pagos fora do período estipulado em edital. O prazo limite para o pagamento do boleto é até o último dia da inscrição.

1.3. O candidato poderá efetuar inscrição em mais de um cargo, desde que haja compatibilidade de horário para a realização das provas entre eles, havendo incompatibilidade, deverá optar por apenas um dos que coincidirem.

Inscrições	Valor
Nível Médio	R\$ 95,00

2. O candidato, ao realizar o preenchimento da inscrição e o pagamento do respectivo boleto bancário, estará tacitamente declarando, sob as penas da Lei, satisfazer às seguintes condições:

- a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis, bem como o gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, e artigo 12, §1º, da Constituição Federal – artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 19, de 04/06/98);
- b) Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos no ato da nomeação;
- c) Ter a situação regularizada com as obrigações perante o serviço militar, se do sexo masculino;
- d) Ter a situação regularizada perante a Justiça Eleitoral;
- e) Possuir, até a data da posse, todos os requisitos de habilitação exigidos para o cargo pretendido, conforme Anexo I;
- f) Conhecer, atender e aceitar as condições estabelecidas neste edital;
- g) Estar em pleno gozo dos seus direitos políticos e civis;
- h) Ter aptidão física e mental e não ser pessoa com deficiência incompatível com o exercício do cargo, mediante confirmação de exame médico admissional;
- i) Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público, prevista na Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992;
- j) Não ser, nem ter sido condenado judicialmente por prática criminosa;
- k) Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas “a”, “b” e “c”, inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários;
- l) Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória;
- m) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.
- n) Residir na área da comunidade em que for atuar, desde a data da publicação deste Edital, nos termos do Art. 6º, da Lei Federal de nº 11.350 de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 13.595 de 05 de janeiro de 2018. (Requisito para o cargo de Agente comunitário de saúde – ACS)
- o) No ato da posse, o candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverá comprovar que reside na área para o qual se inscreveu, desde a data da publicação do Edital do Concurso.
- p) O cargo de Agente Comunitário de Saúde será submetido ao curso de formação inicial com carga horária mínima de quarenta horas, que será realizado pela Prefeitura de Eusébio após a homologação.

3. As exigências contidas neste edital deverão ser obrigatoriamente comprovadas por ocasião da apresentação do candidato convocado para assumir o cargo público para o qual foi aprovado.
 - 3.1. **Caso não sejam comprovadas as referidas exigências, o candidato convocado será automaticamente eliminado do certame.**
4. **Para se inscrever**, o candidato deverá, no período das inscrições, assim proceder:
 - 4.1. Antes de efetuar o pagamento do boleto bancário, certificar-se de que preenche todos os requisitos dispostos neste edital;
 - 4.2. Preencher seu cadastro no site www.consulpam.com.br e gerar boleto bancário para pagamento;
 - 4.3. Responsabilizar-se pelas informações prestadas no cadastro para inscrição, ficando o Instituto Consulpam no direito de excluí-lo do processo caso se comprove a não veracidade dos dados fornecidos;
 - 4.4. Estar ciente de que a isenção, a inscrição e o valor pago referente à taxa do concurso são pessoais e intransferíveis;
 - 4.5. Caso seja um candidato sabadista(adventista), declarar sua condição na Ficha Eletrônica de Inscrição, mediante apresentação de Declaração devidamente assinada pelo pastor da Igreja para que lhe seja assegurado tratamento diferenciado para a realização das provas. A declaração de condição para tratamento diferenciado deverá ser feita mesmo quando a data da prova for um dia de Domingo, pois, conforme descrito em cronograma, as datas são passíveis de mudança
5. As informações fornecidas pelo candidato no Formulário Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou, ainda, código incorreto referente ao cargo pretendido, bem como a informação referente à pessoa com deficiência, dentre outros.
6. No dia estabelecido no Cronograma das atividades para homologação das inscrições, o candidato deverá acessar o link **área de inscrição**, disponível no site www.consulpam.com.br, para verificar se sua inscrição foi validada. Caso o candidato perceba algum problema com sua inscrição ou inconsistência nos dados informados, este deverá entrar em contato com o setor de Coordenação de Concursos do Instituto Consulpam – Consultoria Público-Privada, por meio dos telefones (85) 3224-9369 e (85) 9957-9369 (WhatsApp), no chat ou no e-mail indicados no edital que será publicado especificamente para fins de informação acerca dos recursos.
7. Depois de confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato no Formulário Eletrônico de Inscrição, não serão aceitas:
 - a) Alteração do cargo indicado pelo candidato no Formulário Eletrônico de Inscrição;
 - b) Transferência de inscrição ou da isenção do valor da taxa de inscrição entre pessoas;
 - c) Transferência de pagamento de inscrição entre pessoas;
 - d) Alteração de locais de realização das provas;
 - e) Alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência.
8. A Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam não se responsabilizam por inscrições não recebidas por falhas de comunicação, tais como eventuais equívocos provocados por operadores de instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressões; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos; bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e

impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário, ressalvado, para tanto, quando a responsabilidade for atribuível exclusivamente aos organizadores do Concurso.

9. Ao candidato pertence a irrestrita e total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição, bem como pelas informações nele prestadas.
10. No dia da prova, o candidato deve apresentar um dos documentos de identificação com foto, válidos nos termos deste edital. No entanto, o candidato que estiver impossibilitado de apresentar o documento de identificação original com foto no dia de aplicação da prova, por motivo de extravio, perda, furto ou roubo, poderá realizar a prova, desde que apresente boletim de ocorrência expedido por órgão policial há, no máximo, 90 dias da aplicação da prova, tendo a sua identificação aferida e colocada em ata pelo fiscal.
11. Efetivado o pagamento da taxa de inscrição, em nenhuma hipótese, mesmo diante de caso fortuito ou de força maior, serão aceitos pedidos de devolução do valor pago, salvo em caso de cancelamento do certame por força judicial, por conveniência da Prefeitura Municipal de Eusébio ou, ainda, por determinação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
12. Compete ao candidato manter sob sua guarda o comprovante de pagamento da inscrição.
13. Para os efeitos deste Concurso Público, aplicando-se a todos os atos de identificação do candidato, inclusive na inscrição, acesso ao local da prova e convocação, no caso de aprovação, SÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE COM FOTO: as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelas Polícias Militares. Carteira nacional de habilitação, expedida na forma da Lei Federal n.º 9.503/97, e passaporte, além das Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei têm validade como documento de identidade como, por exemplo, as carteiras de identidade do CREA, da OAB, do CRC, do CRP, e ainda carteira de trabalho (CTPS).
14. Para os efeitos deste concurso, aplicando-se a todos os atos de identificação do candidato, inclusive na inscrição, acesso ao local da prova e convocação, no caso de aprovação, NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE: certidões de nascimento, títulos eleitorais, CPF, documento de alistamento militar, certificado de reservista, carteiras de motoristas expedidas antes da Lei Federal n.º 9.503/97, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.
15. Serão aceitos os seguintes documentos digitais com foto: E-Título, CNH Digital, RG Digital, desde que apresentados nos respectivos aplicativos oficiais com foto.
16. **É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos concernentes ao Concurso Público, que serão realizadas no site www.consulpam.com.br de acordo com cada caso.**
17. Não será aceita inscrição fora do horário e período estabelecidos no cronograma de atividades.
18. **Os candidatos poderão solicitar UMA ISENÇÃO do pagamento da taxa de inscrição para UM CARGO se:**
 - 18.1. Nos termos da Lei n.º 13.656/2018, o cidadão de baixa renda pode solicitar isenção desde que comprove seu cadastro atualizado através de sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico ou for membro de família de baixa renda com renda per capita de até meio salário mínimo, acompanhado da FICHA CADASTRAL emitida pelo Sistema CadÚnico, constando a renda per capita da família, em atividade, no Programa do Governo

Federal. Caso a ficha cadastral seja a recebida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), precisa estar assinada pelo entrevistador/responsável pelo cadastro. A ficha cadastral junto com uma cópia sem autenticação do RG, CPF, da Solicitação de Isenção (ANEXO VIII) e do comprovante de inscrição, deverão ser ANEXADOS NA ÁREA DO CANDIDATO EM FORMATO PDF, NA ABA ISENÇÕES, NO SITE www.consulpam.com.br, ASSIM COMO DESCRITO NO ITEM, 17.1 – (a).

- 18.2. Nos termos da Lei n.º 13.656/2018, durante o período destinado à solicitação de isenção, o candidato doador de sangue ou medula óssea deverá apresentar o Formulário de requerimento para isenção de pagamento das inscrições (ANEXO VIII) preenchido, cópia do RG, CPF, e comprovante de inscrição e Carteira de Doador de Sangue emitida pelo órgão competente, na qual devem constar a validade e a última data (dia, mês e ano) em que as doações foram feitas, a fim de comprovar **ter efetuado duas doações de sangue no período de um ano anterior à data de publicação deste edital**. Todos os documentos deverão ser anexados na área do candidato, na aba isenções. Segue passo a passo:
- (a) APÓS REALIZAR A SUA INSCRIÇÃO NO SITE DA CONSULPAM; www.consulpam.com.br, O CANDIDATO DEVERÁ ACESSAR A SUA ÁREA DE INSCRIÇÃO, CLICAR NA ABA ISENÇÕES: ESCOLHER O TIPO DE ISENÇÃO QUE SE ENQUADRA NO SEU PERFIL E ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NOS ITENS, 18.1 OU 18.2 EM FORMATO PDF, PARA CONCRETIZAR O PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.
 - (b) O PEDIDO DE ISENÇÃO PASSARÁ POR ANÁLISE E O RESULTADO SERÁ DIVULGADO NA ÁREA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO, ABA ISENÇÕES, SUB-ABA SITUAÇÃO, NA DATA DESCRITA NO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO EDITAL. (CAPÍTULO I - ITEM 5)
 - (c) A AUSÊNCIA DE QUAISQUER DOS DOCUMENTOS SUPRACITADOS ACARRETERÁ O INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO, SENDO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO ACOMPANHAR O RESULTADO DO PEDIDO.
19. Caso o candidato utilize outro meio que não o estabelecido neste edital ou não cumpra os prazos estipulados, o seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será indeferido. Não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos após a entrega da devida documentação. O candidato que solicitar isenção para mais de um cargo, terá como válido o último pedido de isenção solicitado, sendo o primeiro indeferido. Caso deseje concorrer para mais de um cargo, poderá efetuar o pagamento do boleto de inscrição da isenção indeferida, até a data do vencimento. O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, será divulgado no site www.consulpam.com.br em tempo hábil para que o candidato, cuja isenção tiver sido indeferida, possa efetuar o pagamento do boleto bancário, caso assim deseje.
20. **É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos concernentes ao Concurso Público que serão divulgadas no site www.consulpam.com.br. O Instituto Consulpam não se responsabiliza por informações postadas em outros sites.**
21. A qualquer tempo, mesmo depois de homologado o concurso, poder-se-ão anular as provas e a nomeação do candidato, desde que seja verificada a falsidade de suas declarações ou dos documentos apresentados, bem como a existência de fraude na realização das provas, sem prejuízo da sua responsabilização civil, penal e administrativa.
22. A declaração falsa ou inexata dos dados do Formulário de isenção (Anexo VIII) do valor da taxa de inscrição, fornecidos pelo candidato ou a apresentação de documentos falsos ou inexatos que evidenciem má-fé, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, sujeitando-se o requerente às sanções civis, criminais e administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23. Não será concedida isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição ao candidato que:
- Deixar de enviar a documentação solicitada no período fixado ou o fizer por meios distintos daqueles previstos neste edital;
 - Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - Fraudar e/ou falsificar documento.
24. No dia estabelecido no Cronograma das atividades para a homologação das inscrições dos candidatos isentos, o interessado deverá acessar o site www.consulpam.com.br no link área do candidato para averiguar se sua isenção foi deferida. Caso a isenção conste como indeferida, o candidato poderá entrar com pedido de recurso conforme orientação constante na publicação.
25. Se julgar necessário, o candidato pode entrar em contato com o setor de Coordenação de Concurso do Instituto Consulpam, por meio dos telefones (85)3224-9369 e (85) 9957-9369 (WhatsApp) ou pelo chat disponível no nosso site www.consulpam.com.br.
26. Nos casos em que as isenções permaneçam INDEFERIDAS após recurso, os candidatos que desejarem deverão pagar o boleto bancário dentro dos prazos estabelecidos neste edital para concluírem suas inscrições.

27. DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

- 27.1. O horário e o local da realização das avaliações serão disponibilizados em **até 05 (cinco) dias antes da data do certame, no endereço eletrônico www.consulpam.com.br**, no link **área do candidato**. O Cartão de identificação NÃO será enviado pelos Correios ou outros meios de comunicação.
- 27.2. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas para fins de justificativa de sua ausência.
- 27.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo-lhe aconselhável visitar o local com antecedência.
- 27.4. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 27.5. O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste concurso.
- 27.6. O candidato que, por qualquer motivo, não tiver seu nome constante na convocação para a prova objetiva, mas que apresente os comprovantes de inscrição, boleto bancário e seu comprovante de pagamento, efetuados nos moldes previstos neste edital, terá acesso ao local de prova.
- 27.7. Para ser incluído nos locais de prova de forma efetiva e segura, o candidato deverá entrar em contato com o Instituto Consulpam, imediatamente após a publicação dos referidos locais de prova, por meio dos telefones (85)3224-9369 e (85) 9957-9369 (WhatsApp).
- 27.8. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 27.9. Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, na sua data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição ou na sigla do órgão expedidor constantes no Cartão de identificação, deverão ser comunicados imediatamente ao Instituto Consulpam.
- 27.10. Caso o candidato não comunique ao Instituto Consulpam sobre erro de digitação no Requerimento de inscrição antes da prova, aquele arcará com o prejuízo advindo de tal erro.
- 27.11. Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados pelo candidato no Formulário Eletrônico de Inscrição ou de Isenção, relativa ao cargo e nem quanto à condição em que concorre.

CAPÍTULO III – RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Em cumprimento à Lei Federal n.º 7.853/89, à pessoa com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público para preenchimento das vagas cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portadora, sendo-lhes reservado um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para o cargo público pretendido e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do certame.

1.1. Na hipótese do quantitativo fracionado para o número de vagas imediatas reservadas a candidatos, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

2. São consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas pela Lei n.º 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão, art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, as que se enquadram nas categorias de I a V a seguir; e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes” e no § 1º do art. 1º da Lei n.º 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista):

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemi-plegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções próprias do cargo ao qual o candidato concorre;

II - Deficiência auditiva: perda bilateral ou perda unilateral, parcial ou total, de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção ótica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, tais como:

- a) Comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) Saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

3. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.
4. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições da função pública é obstativa à inscrição no certame.
5. Não obsta à inscrição ou ao exercício das atribuições da função pública a utilização de material tecnológico de uso habitual.
6. Para ter as condições especiais atendidas, o candidato deverá enviar via E-mail pcdconsulpam@consulpam.com.br, até o último dia de inscrição cópia do RG, CPF e do laudo médico, bem como informar qual atendimento diferenciado deseja receber.
7. Previamente à nomeação, será aferida a condição de deficiência, momento em que os candidatos serão submetidos, no prazo fixado pela Prefeitura Municipal de Eusébio, quando do ato de convocação, a exame médico oficial ou credenciado, o qual terá caráter definitivo sobre a qualificação do candidato quanto à existência ou não da deficiência e ao grau de compatibilidade da deficiência para o exercício das atribuições do cargo público.
8. Se a deficiência for considerada incompatível com as atividades previstas, o candidato terá seu nome excluído das listas de classificação em que figurar.
9. Mesmo após o exame aludido neste capítulo, a compatibilidade entre as atribuições do cargo público e a deficiência do candidato será reavaliada por equipe multiprofissional, durante o estágio probatório.
10. Na falta de candidato(s) aprovado(s) para provimento das vagas reservadas para pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais aprovados, com estrita observância à ordem classificatória.
11. O candidato com deficiência que, no ato de sua inscrição, não declarar essa condição nem enviar laudo médico, não poderá alegá-la como fundamento para obter qualquer tratamento diferenciado.
12. O resultado final deste Concurso Público será publicado em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos – ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos com deficiência – e a segunda contendo somente a classificação dos candidatos que concorrem às vagas destinadas aos deficientes.
13. Os candidatos que não enviarem o CID ao Requerimento de inscrição no período estipulado, não poderão fazê-lo em outro momento.
14. O laudo médico terá validade somente para este Concurso Público.
15. O candidato que, após a avaliação médica, não for considerado deficiente nos termos da legislação vigente, permanecerá somente na lista de ampla concorrência de classificação do cargo público para o qual se inscreveu.
16. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência previstas neste edital, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, o candidato que:
 - a) Não enviar o laudo médico ou o fizer fora do prazo estabelecido;
 - b) Apresentar o laudo médico sem data de expedição;
 - c) Apresentar laudo médico que não contenha a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doença – CID;

d) Apresentar laudo médico que não esteja em consonância com o estabelecido no item 2 do presente capítulo.

17. Após a nomeação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

18. A pessoa com deficiência que precisar de auxílio para transcrição das respostas da prova, deverá indicar tal necessidade no ato da inscrição. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam serem responsabilizados, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

19. A pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas, além de indicar esta necessidade no Formulário Eletrônico de Inscrição, deverá enviar o laudo médico acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, de acordo com o disposto nos Decretos nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 e nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 e nas Leis nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nº 14.126, de 22 de março de 2021 e nº 13.872, de 2019, exceto para atendimento em classe hospitalar.

20. A pessoa com deficiência visual (cega ou com baixa visão) poderá solicitar prova especial em Braille ou ampliada. Neste último caso, serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

21. Conforme norma contida no Decreto de nº 9.508/2018, à pessoa com deficiência auditiva que solicitar condições especiais será oferecido intérprete de libras somente para tradução das informações e/ou orientações para realização da prova. Será permitido o uso de aparelhos auditivos no interior do local de prova, sendo este aparelho submetido à inspeção e aprovação pela autoridade responsável pelo certame.

22. A pessoa com deficiência que não requerer às condições especiais no prazo e forma previstas neste edital, sejam quais forem os motivos alegados, terá exclusiva responsabilidade na opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais não solicitadas.

23. Caso a aplicação do percentual de que trata este capítulo, resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

24. As vagas para pessoa com deficiência constam no Anexo I deste Edital, os cargos que não constarem vagas expressas quando houver solicitação à reserva e/ou quando as aprovações para tal categoria ultrapassarem o número da oferta, ficarão na condição de classificável, a depender do surgimento de vagas até o prazo de validade do concurso.

25. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

26. O candidato com deficiência deverá enviar laudo que comprove sua deficiência. O laudo deverá estar devidamente assinado por profissional competente, conter o CRM do profissional e especificar o CID em que o candidato se enquadra. Deverá preencher o formulário (Anexo VI) deste Edital, e enviar os documentos via e-mail: pcdconsulpam@consulpam.com.br.

27. Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, conforme data de envio no registro do e-mail, obrigatoriamente acompanhado do formulário (Anexo VI) e com os documentos a seguir, sob pena de indeferimento:

- a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 01 (um) ano antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão, anexando ao Laudo Médico as seguintes informações: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF e nome do Concurso Público, nome do cargo pretendido (Anexo VI);
- b) O candidato com deficiência visual que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou, ainda, leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (Anexo VI), dentro do prazo previsto para envio da documentação;
- c) O candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito (Anexo VI);
- d) O candidato com deficiência física que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito (Anexo VI), mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;
- e) O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação (Anexo VI) com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.
- f) No caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista), a validade do laudo médico é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

28. Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

29. Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.

30. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Capítulo e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

31. O candidato que não tiver deferida a inscrição como PCD, terá a inscrição convertida, automaticamente, para ampla concorrência.

32. Ao ser convocado para contratação, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura Municipal de Eusébio, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constatare, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

33. A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item nos termos

deste edital, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

34. Caberá recurso contra decisão proferida pela perícia Médica da Prefeitura Municipal de Eusébio.

35. A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

CAPÍTULO IV – DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

1. O Concurso Público constará de:

1.1 - Prova Objetiva de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos.

1.2 – Curso de Formação, com caráter eliminatório, para todos os cargos.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA PROVA OBJETIVA

1. **A prova objetiva será realizada no Município do Eusébio, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas, com a necessidade e conveniência, conforme descrito abaixo:**

1.1. A Prefeitura Municipal do Eusébio e o Instituto Consulpam não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e alimentação dos candidatos residentes ou domiciliados em Eusébio ou em outro município que exija o deslocamento para a compleição das provas.

2. O candidato somente poderá realizar a prova em data, local e horário definidos no Cartão de identificação.

2.1. Caso o candidato necessite de atendimento diferenciado deverá, no ato da inscrição, informar qual atendimento diferenciado deseja receber.

3. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas para fins de justificativa de sua ausência.

4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com **sessenta minutos de antecedência**, munido do documento de identificação com foto informado no ato da inscrição e o Cartão de identificação emitido na **área do candidato**, disponível no site www.consulpam.com.br, sem os quais não terá acesso ao local da prova.

5. Nos locais de realização das provas, após o fechamento dos portões, em horário a ser divulgado pelo Instituto Consulpam, não será permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, sendo eliminado o candidato que se apresentar após este momento.

6. **Faltando 20 (vinte) minutos do horário previsto para o início das provas, os portões serão fechados e não será permitida a entrada de nenhum candidato.**

7. **Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas após decorrida uma hora do tempo de duração previsto.**

8. O candidato que, por qualquer motivo, se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no item 7, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.
9. O candidato que não cumprir o disposto no item 7, insistindo em sair da sala de realização das provas sem cumprir o determinado no item anterior, deverá assinar o Termo de Recusa constando os motivos do descumprimento. Este documento será enviado à Comissão do Concurso para providências, e o candidato poderá ser eliminado do certame, garantidos o contraditório e a ampla defesa. Caso o candidato se negue a assiná-lo, este poderá ser assinado e testemunhado por outros candidatos, pelos fiscais e/ou coordenador de prédio local.
10. Os 3 (três) últimos candidatos em sala somente poderão deixar a sala de provas juntos, após verificarem o correto armazenamento dos cadernos de provas e cartões-resposta em invólucros específicos, além de assinarem Atas com os respectivos números de lacres, atestando a idoneidade da aplicação das provas.
11. A inviolabilidade dos malotes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de testemunhas.
12. A inviolabilidade dos pacotes das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos pacotes, na presença de todos os candidatos, nas salas de realização das provas.
13. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
14. O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas em quaisquer outros meios que não os permitidos neste edital e seus anexos.
15. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pelo Instituto Consulpam.
16. **O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para início de realização das provas, munido do original de documento de identidade oficial com foto, que tenha sido indicado no Formulário Eletrônico de Inscrição ou de Isenção, de caneta esferográfica (tinta preta ou azul), fabricada em material transparente e preferencialmente, do Cartão de identificação e do boleto original quitado, respeitando os protocolos sanitários previstos no item 4 deste Capítulo.**
17. Os candidatos não poderão utilizar, em hipótese alguma, lapiseira, lápis, borracha, corretivos ou outro material que não seja caneta de corpo transparente.
18. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver previamente inscrito e munido de documento de identidade com foto, sendo exigida a apresentação do documento original e válido, não sendo aceita cópia, mesmo que autenticada.
19. Será obrigatória a apresentação de documento de identidade original com foto no dia e no local das provas. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, juntamente com Boletim de Ocorrência (BO) informando a perda do documento de identificação, emitido em até 90 dias antes da data da prova.

20. O comprovante de pagamento de inscrição e o Cartão de identificação, por si sós, não serão aceitos para a identificação do candidato.
21. O documento de identificação com foto apresentado no dia da prova deverá estar em perfeita condição, a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato, e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.
22. Não serão aceitos documentos de identificação com prazos de validade vencidos (exceto CNH), ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
23. O candidato que não apresentar documento de identidade oficial, válido e com foto, não poderá fazer a prova.
24. Uma vez dentro do prédio onde fará a prova, o candidato não poderá manusear nenhum equipamento eletrônico, nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova, bem como somente poderá deixar a sala de realização da prova mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal, ou sob fiscalização da equipe de aplicação de provas.
25. Dentro do prédio onde fará a prova, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, bem como o uso ou o porte, mesmo que desligados, de telefone celular, *paggers*, *bip*, relógios de qualquer tipo, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *tablet*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitida a anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos, uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual. O descumprimento desta instrução poderá implicar na eliminação do candidato.
26. Caso algum aparelho emita qualquer som no horário de prova, o candidato será **eliminado** do certame.
27. O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando qualquer um dos aparelhos não permitidos neste edital, mesmo que desligados, terá a ocorrência registrada em Ata, que será avaliada pela Comissão de Concursos, podendo ser eliminado do certame.
28. É vedado o ingresso de candidato na sala de provas portando garrafa opaca, garrafa transparente com rótulo, arma de fogo ou objetos similares, mesmo que apresente a respectiva autorização de porte.
29. O Instituto Consulpam não se responsabiliza pela guarda de objetos dos candidatos, ficando todos os pertences em posse destes. Recomendamos que sejam levados apenas os objetos permitidos neste edital, quais sejam: documento de identificação com foto, Cartão de identificação, comprovante de pagamento, comprovantes de protocolos sanitários e caneta com corpo transparente. O Instituto Consulpam e a Prefeitura Municipal de Eusébio não se responsabilizam por perdas, extravios ou danos que eventualmente ocorram aos objetos dos candidatos.
30. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues ao Instituto Consulpam, serão guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias e encaminhados posteriormente à seção de achados e perdidos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

31. Para garantir a segurança do Concurso Público, o candidato será submetido a detector de metais dentro do prédio onde realizará as provas, dentre outras medidas.
32. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
33. Ao iniciarem os procedimentos operacionais relativos à aplicação das provas, serão observadas as condições abaixo:
 - a) As instruções constantes nos cadernos de provas e no cartão-resposta, bem como as orientações e instruções expedidas pela Consulpam durante a realização das provas complementam este edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato;
 - b) Ao iniciarem os procedimentos operacionais relativos à aplicação das provas, serão observadas as condições seguintes;
 - c) Caso o candidato deixe em branco no cartão-resposta a opção que indica o seu tipo de prova, ou marque ambas as opções de tipo de prova, será utilizado para fins de correção o tipo de prova 1;**
 - d) O candidato deverá assinar a lista de presença e o cartão-resposta de acordo com a assinatura constante no seu documento de identidade;
 - e) A ausência da digital e/ou da assinatura do candidato no cartão-resposta da prova objetiva poderá acarretar a eliminação do candidato;
 - f) Uma vez fora da sala, o candidato não poderá regressar para assinar ou imprimir a digital no cartão-resposta;
 - g) Somente serão permitidos assinalamentos nos cartões-resposta feitos pelo próprio candidato, com caneta esferográfica (tinta preta ou azul), fabricada em material transparente, sendo vedada qualquer participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas às pessoas com deficiência ou com necessidade de atendimento especial;
 - h) Não haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato, salvo em situação que o Instituto Consulpam julgue necessário;
 - i) O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção;
 - j) Será considerado nulo o cartão-resposta que estiver marcado ou escrito, respectivamente, a lápis, bem como com a presença de qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade;
 - k) Ao terminar o tempo máximo determinado neste edital para a realização das provas, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o caderno de provas e o cartão-resposta, devidamente preenchidos e assinados nos locais destinados a isso;
 - l) O candidato poderá levar seu caderno de provas quando faltar sessenta minutos para o término do horário estabelecido. Para tanto, o material deve estar intacto, sem faltar nenhuma folha ou parte dela. A violação da prova acarretará a eliminação do candidato. O INSTITUTO CONSULPAM – Consultoria Público-Privada poderá não disponibilizar o caderno de provas virtual;**
 - m) Na correção dos cartões-resposta, será atribuída nota zero à questão sem opção assinalada, com mais de uma opção assinalada, que contenha emenda ou rasura ou cuja marcação não esteja condizente com a instrução fornecida no próprio cartão. O preenchimento do cartão-resposta fora do padrão instruído será desconsiderado, pois o leitor óptico não capta as marcações em desconformidade com o padrão de leitura do equipamento;
 - n) Ao terminarem as provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros;
 - o) No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
 - p) Nos casos de eventual falta de Caderno de Questões (material personalizado de aplicação das provas), em razão de falha de impressão, número de provas incompatível com o número de candidatos na sala ou qualquer outro equívoco na distribuição de prova/material, o INSTITUTO

CONSULPAM – Consultoria Público-Privada tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

34. Poderá ser eliminado do Concurso Público, garantidos o contraditório e a ampla defesa, o candidato que:
- a) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais determinados;
 - b) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - c) Não apresentar o documento de identidade com foto informado no Formulário Eletrônico de Inscrição ou quaisquer dos documentos oficiais equiparados juntamente com Boletim de Ocorrência no caso de perda ou roubo do documento informado no ato da inscrição;
 - d) Não apresentar os comprovantes sanitários previstos no item 4 deste capítulo.
 - e) Após iniciada a prova, estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público;
 - f) Portar arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o porte;
 - g) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou deixar o local de provas antes do horário permitido;
 - h) Fizer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no edital;
 - i) For surpreendido usando e/ou portando algum dos objetos proibidos por este edital;
 - j) Não prender os cabelos longos para deixar à mostra as orelhas;
 - k) Não entregar o caderno de questões e o cartão-resposta ao término do tempo de aplicação das provas;
 - l) Fizer anotação de informações relativas às questões da prova e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos;
 - m) Ausentar-se da sala de prova portando o cartão-resposta e/ou caderno de questões;
 - n) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer fase do certame;
 - o) Não permitir a coleta de sua assinatura;
 - p) Recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metal e de coleta da impressão digital da prova objetiva;
 - q) Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, da prova e de seus participantes;
 - r) Desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
 - s) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
 - t) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
 - u) Recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da comissão organizadora, da banca examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
 - v) Deixar de atender às normas contidas nos cadernos de provas e no cartão-resposta e demais orientações/instruções fornecidas pelo Instituto Consulpam.
35. Caso ocorra alguma das situações previstas neste Capítulo, o Instituto Consulpam lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento para a Prefeitura Municipal de Eusébio, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
36. Os gabaritos serão publicados no endereço eletrônico www.consulpam.com.br, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à realização das provas.
37. **A duração das provas será de 3 (três) horas**, com exceção para os candidatos com deficiência que solicitaram tempo adicional.
38. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo de duração das provas e não serão fornecidas informações referentes ao conteúdo por qualquer membro da equipe da aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes.

39. Considerar-se-á APROVADO o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos na Prova Objetiva.
40. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas em razão de erro material serão atribuídos a todos os candidatos que tiverem realizado a prova.
41. Acarretará a eliminação do Concurso, sem prejuízo das sanções cabíveis, a burla ou a tentativa de burla, por parte do candidato, a quaisquer das normas definidas neste edital e seus anexos, no Manual do Candidato e/ou em outros editais complementares relativos ao certame, nos comunicados e/ou nas instruções constantes em cada prova, bem como o tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
42. Objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público – o que é de interesse público e, em especial, dos próprios candidatos – bem como a sua autenticidade, será solicitado, quando da aplicação da prova objetiva, a autenticação digital em local apropriado.
43. O gabarito preliminar das provas será publicado no site www.consulpam.com.br conforme previsto no cronograma.
44. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para realização da prova, sendo atribuída nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.
45. **CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA LACTANTES**
 - 45.1. Fica assegurado às lactantes o direito de participarem do CONCURSO PÚBLICO, nos critérios e condições estabelecidos pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 1º e 2º da Lei Federal n.º 10.048/2000 e Lei n.º 13.872, de 17 de setembro de 2019.
 - 45.2. A candidata que seja mãe lactante de bebê de até 6 (seis) meses de idade na data da prova, deverá requerer no ato da inscrição, local reservado para amamentação.
 - 45.3. A prova da idade do infante será feita mediante declaração anexada no ato de inscrição para o CONCURSO PÚBLICO e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização. A candidata que não apresentar a solicitação no período de inscrição, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.
 - 45.4. Deferida a solicitação, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliatória, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.
 - 45.5. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. A mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala em que estiver sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.
 - 45.6. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
 - 45.7. Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente determinado pela Coordenação.
 - 45.8. A criança deverá estar acompanhada somente de um maior de 18 (dezoito) anos, capaz, responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste CONCURSO PÚBLICO. O acompanhante do infante não poderá utilizar celulares ou outros equipamentos eletrônicos.
 - 45.8.1. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

- 45.9. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma fiscal do Instituto Consulpam, sem a presença do responsável pela guarda da criança, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste edital.
- 45.10. A candidata nesta condição que não levar acompanhante não realizará as provas.
- 45.11. O Instituto Consulpam não disponibilizará acompanhante para a guarda de crianças.

CAPÍTULO VI – DA PROVA OBJETIVA

1. A prova objetiva ocorrerá de acordo com o especificado no cronograma.
2. A prova objetiva compreenderá questões de múltipla escolha – A, B, C, D – de acordo com conteúdo indicado no Anexo III.
3. Nas provas objetivas, serão válidas apenas as respostas assinaladas no cartão-resposta.
4. O quantitativo de questões e suas respectivas áreas de saber estão discriminados no Anexo II deste edital.

CAPÍTULO VII – DO CURSO DE FORMAÇÃO

1. Haverá realização de Curso Inicial de formação, com caráter eliminatório, para os candidatos do Cargo de **Agente Comunitário de Saúde** e para os candidatos do Cargo de **Agente de Combate às Endemias**, aprovados na prova objetiva.
2. O curso terá duração de 40h (quarenta horas). O candidato deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para ser considerado apto.
3. Será regido por edital e regulamentos próprios, que estabelecerão a grade curricular, o sistema de avaliação, a frequência mínima e as demais condições relativas ao curso.
4. Conforme conveniência e oportunidade do Município e do Instituto Consulpam, durante o prazo de validade do Concurso Público, poderá convocar os demais classificados para etapas seguintes, em quantitativos especificados, conforme necessidade.
5. O candidato reprovado no Curso de Formação será também reprovado no Concurso Público, não lhe assistindo direito de ingresso no Cargo público efetivo.
6. Os candidatos sem frequência mínima no Curso de Formação serão dele desligados e eliminados do Concurso Público.
7. O Curso de Formação será promovido pelo Município de Eusébio, não onerando gastos para os candidatos aprovados.
8. As demais informações do Curso de Formação estarão disponíveis no Edital de Convocação para a etapa.

CAPÍTULO VIII – DA CLASSIFICAÇÃO

1. A classificação será feita em ordem decrescente do número de pontos obtidos pelos candidatos, conforme as notas calculadas mediante as fórmulas previstas no Anexo V.
2. A classificação dos aprovados será divulgada em ordem decrescente das notas obtidas no conjunto das provas, publicada no site www.consulpam.com.br.
3. Ocorrendo empate no total de pontos, o desempate beneficiará, sucessivamente:

- a) O candidato que tiver idade igual ou superior a 60 anos, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) e, dentre os idosos, o candidato com mais idade.
- b) O candidato que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) O candidato que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- d) O candidato de mais idade.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS

1. Caberá recurso fundamentado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, dirigido em única e última instância à Comissão de Concurso do Instituto Consulpam contra todas as decisões proferidas no âmbito deste Concurso Público, que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como:
 - a) Indeferimento de isenção do valor da taxa de inscrição;
 - b) Indeferimento da inscrição ou dados pessoais digitados erroneamente;
 - c) Indeferimento do pedido de atendimento especial e de concorrência na condição de pessoa com deficiência;
 - d) Questões da prova objetiva e gabaritos preliminares;
 - e) Totalização dos pontos obtidos na prova objetiva, desde que se refira a erro de cálculo das notas e na classificação preliminar;
 - f) Demais decisões proferidas durante o Concurso que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos.
2. O prazo para a interposição de recursos será de **02 (dois) dias úteis**, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso.
3. O Instituto Consulpam informará no endereço eletrônico www.consulpam.com.br todas as instruções para interposição dos recursos.
4. No caso de recurso previsto contra indeferimento de inscrição por problemas ocasionados no pagamento da taxa de inscrição, o recurso deverá estar acompanhado, obrigatoriamente, da cópia legível do comprovante de pagamento do valor da taxa de inscrição, bem como de toda a documentação e as informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade do pagamento.
5. Os recursos à prova objetiva deverão apresentar argumentação lógica consistente e ser acrescidos da indicação bibliográfica pesquisada (quando couber) pelo candidato para fundamentar seus questionamentos.
6. Cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão/objeto, devidamente fundamentado.
7. Serão indeferidos os recursos que:
 - a) Não estiverem devidamente fundamentados;
 - b) Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
 - c) Estiverem em desacordo com as especificações contidas neste edital;
 - d) Forem apresentados fora do prazo estabelecido;
 - e) Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não aquela selecionada para o recurso;
 - f) Forem interpostos coletivamente;
 - g) Desrespeitem a banca examinadora;
 - h) Sejam cópia idêntica de outro(s) recurso(s);
 - i) Não fizerem uso do Formulário para recursos (Anexo VII).
8. Não serão reconhecidos os recursos ilegíveis.
9. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do pedido de ISENÇÃO, acessando o endereço eletrônico www.consulpam.com.br, na ÁREA DE INSCRIÇÃO, ABA RECURSOS. FUNDAMENTANDO LOGICAMENTE A SUA INTERPOSIÇÃO. A decisão sobre o deferimento ou indeferimento do recurso será publicada conforme previsto neste edital e disponibilizada no endereço eletrônico www.consulpam.com.br. ÁREA DO CANDIDATO: ABA RECURSOS.

10. A decisão de que trata o subitem acima terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.
11. A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
12. Se, do exame do recurso, resultar anulação da questão de múltipla escolha, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de interposição de recursos administrativos ou de decisão judicial.
13. Se houver alteração do gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
14. Na ocorrência dos dispostos nos itens 12 e 13 deste Capítulo, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

CAPÍTULO X – DAS PUBLICAÇÕES

1. A Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam publicarão no site www.consulpam.com.br
 - 1.1. Extrato do Edital Nº. 001/2024 do concurso.
 - 1.2. Decreto de homologação do concurso.
2. A Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam publicarão no site www.consulpam.com.br
 - 2.1. Aviso de editais complementares;
 - 2.2. Lista de candidatos habilitados na 1ª fase do concurso;
 - 2.3. Lista de inscrições indeferidas/impedidas;
 - 2.4. Convocação dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas para prestação da prova;
 - 2.5. Gabaritos;
 - 2.6. Resultado dos recursos;
 - 2.7. Demais atos pertinentes ao certame.

CAPÍTULO XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A Homologação do Concurso será feita por Ato da Prefeitura Municipal de Eusébio.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O provimento do cargo público dependerá do atendimento às exigências legais e dar-se-á por nomeação da Prefeitura Municipal de Eusébio e obedecerá ao limite de vagas e a ordem de classificação dos candidatos aprovados, conforme Edital de Classificação Final, publicado no site www.consulpam.com.br.
2. Os candidatos aprovados serão nomeados a critério da Prefeitura Municipal de Eusébio, conforme o número de vagas disponíveis, obedecida a ordem classificatória, e levando em consideração as disposições constantes da normativa federal.
3. Todos os candidatos nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público deverão se submeter aos exames médicos admissionais, junto ao Médico vinculado à Prefeitura Municipal de Eusébio.

4. DO PROVIMENTO DO CARGO – NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

- 4.1. Concluído o Concurso Público e homologado o seu resultado final, a nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do certame e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.
5. O candidato nomeado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa.
6. Deverão ser aceitos os protocolos de requerimento de certidões quando se verificar que, solicitadas a tempo, ainda não foram expedidas no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados dos registros nos órgãos expedidores.
7. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos documentos especificados neste edital e seus anexos.
8. A nomeação será feita obedecida rigorosamente à ordem de classificação no presente Concurso Público.
9. Serão exigidos pela Prefeitura Municipal de Eusébio, no ato da posse, para a efetivação do cargo público:

DOCUMENTOS
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (RG, CNH, REGISTRO EM ÓRGÃO DE CLASSE)
CPF – CADASTRO DE PESSOA FÍSICA
ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
DECLARAÇÃO FEITA À MÃO QUE NÃO POSSUI VÍNCULO EM OUTRO ORGÃO PÚBLICO OU SE POSSUIR ESPECIFICAR EM QUAL ORGÃO, O CARGO, CARGA HORÁRIA E O REGIME.
DECLARAÇÃO DE POSSUI ALGUM TIPO DE APOSENTADORIA OU ALGUM BENEFÍCIO JUNTO AO INSS.
DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA COMPLETA OU DECLARAÇÃO DE BENS
CARTÃO DO SUS
TÍTULO DE ELEITOR COM COMPROVANTE DE VOTAÇÃO OU JUSTIFICATIVA
CERTIDÃO DE RESERVISTA OU CERTIFICADO DE DISPENSA (masculino)
CARTEIRA DE TRABALHO – COM Nº PIS/PASEP
CERTIDÃO CASAMENTO OU CONTRATO UNIÃO ESTÁVEL
CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS ATÉ 18 ANOS
CARTEIRA DE VACINAÇÃO DOS FILHOS ATÉ 05 ANOS
02 FOTOS 3X4
REGISTRO PROFISSIONAL NO RESPECIVO CONSELHO DA CATEGORIA
DIPLOMAS OU HISTÓRICO ESCOLAR DO GRAU DE INSTRUÇÃO CONFORME HABILITAÇÃO PARA O CARGO
CURSO ESPECÍFICO QUANDO EXIGIDO NO EDITAL, comprovado por diploma.
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EXIGIDOS NOS REQUISITOS DO ANEXO I
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (ATUAL)

9.1. Exames laboratoriais e de imagem com data de até 90 dias antes da entrega.

- a) Hemograma completo;
- b) Colesterol (HDL);
- c) Colesterol (LDL);
- d) Colesterol Total;
- e) Creatina;
- f) Fosfatase Alcalina;
- g) Glicemia;

- h) Grupo Sanguíneo + Fator RH;
- i) Parasitológico de Fezes;
- j) Raio X de tórax PA;
- k) Sumário de Urina;
- l) TGO;
- m) TGP;
- n) Triglicerídeos;
- o) Ureia;
- p) VDRL.

10. O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar pedido de readaptação/reabilitação profissional, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho da função.
11. Entrando em exercício o candidato aprovado nas vagas destinadas às pessoas com deficiência terá garantida o estágio probatório a ser cumprido, conforme a deficiência apurada.
12. O candidato se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas deste Concurso Público.
2. Até a data da homologação, as informações e orientações a respeito deste Concurso Público poderão ser obtidas no Instituto Consulpam, Av. Evilásio Almeida Miranda, 280 – Edson Queiroz, Fortaleza - CE, no horário das 9h às 12h e das 13h 30min às 16h 30min (exceto sábados, domingos e feriados), ou pelo telefone (85)3224-9369 e (85) 9957-9369 (WhatsApp), ou, ainda, no endereço eletrônico www.consulpam.com.br.
3. Após a data de homologação do concurso, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre as nomeações dos candidatos aprovados dentro do quantitativo de vagas oferecido pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Eusébio e do Instituto Consulpam.
4. Não serão prestadas por telefone ou e-mail informações relativas a resultado, nota ou classificação deste Concurso Público.
5. A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Eusébio e do Instituto Consulpam não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.
6. Incorporar-se-ão a este edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados pela Prefeitura Municipal de Eusébio divulgados por meio do Diário Oficial ou no endereço eletrônico www.consulpam.com.br.
7. O Instituto Consulpam e a Prefeitura Municipal de Eusébio não emitirão certificado de aprovação neste concurso, valendo também, como tal, as publicações oficiais.
8. Os prazos estabelecidos neste edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos, laudos e exames médicos, pedidos de isenção, títulos e de quaisquer outros documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste edital.
9. A análise dos recursos será de responsabilidade do Instituto Consulpam.

10. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado neste edital.
11. Para contagem do prazo de interposição de recursos e entrega pedidos de isenção, laudos médicos e títulos e/ou outros documentos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste edital, desde que coincida com dia de funcionamento normal do Instituto Consulpam e da Prefeitura Municipal de Eusébio.
12. A Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso Público ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste edital.
13. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
14. Comprovada a inexistência ou as irregularidades descritas neste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal.
15. É de inteira responsabilidade do candidato manter seu cadastro (endereço e telefone) atualizado até a publicação do resultado final junto ao Instituto Consulpam e após homologação e validade do Concurso Público, junto a Prefeitura Municipal de Eusébio, visando a eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação, caso não seja possível convocá-lo.
16. A Prefeitura Municipal de Eusébio e o Instituto Consulpam não se responsabilizam por eventuais falhas no recebimento ou envio das correspondências, recebidas ou não, em decorrência de:
 - a) Insuficiência, falta de atualização, equívoco ou alterações dos dados e endereço por ele fornecidos;
 - b) Correspondência devolvida pelos Correios por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - c) Correspondência recebida por terceiros;
 - d) Falhas ou paralisações nos serviços dos Correios.
17. A atualização de dados pessoais junto a Prefeitura Municipal de Eusébio e ao Instituto Consulpam não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do concurso, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.
18. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, probabilístico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito para obter aprovação própria ou de terceiros, sua prova será anulada, e o candidato será automaticamente eliminado do concurso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
19. Será admitida a impugnação do edital normativo do concurso interposta impreterivelmente, formalmente escrita, devendo ser enviada até 02 dias da data da publicação deste Edital, e será julgada pela Prefeitura Municipal de Eusébio, ouvido o Instituto Consulpam no que couber.
20. A impugnação deverá ser dirigida ao Instituto Consulpam, através do e-mail editais@consulpam.com.br.
21. Ocorrendo fato ou situação não prevista que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horário estabelecidos, a Prefeitura Municipal de Eusébio reserva-se o direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão mediante publicação, na forma prevista neste edital e divulgação no endereço eletrônico www.consulpam.com.br
22. Quaisquer casos de alterações orgânicas permanentes ou temporárias, tais como estados menstruais, indisposições, trabalhos de parto ou outros que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas,

exames e/ou avaliações, ou que diminuam ou limitem sua capacidade física, mental e/ou orgânica não serão aceitos para fins de tratamento diferenciado por parte da coordenação na aplicação das provas, exames e/ou avaliações.

23. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.
24. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao edital ou aviso a ser publicado na forma prevista neste edital.
25. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de acompanhamento do Concurso Público constituída pela Prefeitura Municipal de Eusébio e pelo Instituto Consulpam, no que a cada um couber, sempre garantidos o contraditório e a ampla defesa ao candidato.
26. Os atos referentes a este edital, quando praticados por meio de procurador, deverão ser acompanhados por instrumento público de procuração com poderes outorgados especialmente para o fim a que se destina.
27. O presente edital e eventuais alterações/atualizações serão publicados por meio da afixação nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Eusébio e nos demais meios previstos neste edital.

EUSÉBIO-CE, 13 de agosto de 2024

ACILON GONÇALVES PINTO JÚNIOR
Prefeito do Município de Eusébio- CE

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024

ANEXO I
CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, SALÁRIO, CARGA HORÁRIA E ESCOLARIDADE

CÓD.	CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PcD*	CR**	SALÁRIO INICIAL	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS
001	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	21	20	01	21	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.
002	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - AMADOR	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
003	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CARARU	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
004	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COAÇU 1	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
005	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COAÇU 2	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino

								reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
006	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ENCANTADA	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
007	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - GUARIBAS	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
008	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - JABUTI KM 19	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
009	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - JABUTI KM 20	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
010	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - JABUTI KM 21	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.

011	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LAGOINHA 1	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
012	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LAGOINHA 2	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
013	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LAGOINHA 3	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
014	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MANGABEIRA 2	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
015	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - NOVO PORTUGAL	03	03	-	09	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
016	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- OLHO D' ÁGUA	01	02	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
017	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PARQUE HAVAÍ	01	02	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino

								reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
018	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SANTO ANTONIO	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SANTO ANTONIO 2	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
020	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - TAMATANDUBA 1	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
021	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - TIMBU 1	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
022	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - TIMBU 2	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
023	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - URUCUNEMA	02	02	-	06	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.

024	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - TAMATANDUBA 2	01	01	-	03	R\$ 2.824,00	40H	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e residir na área de atuação.
-----	---	----	----	---	----	--------------	-----	---

*PcD = Pessoa com Deficiência; **CR = Cadastro Reserva.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA DE ABRANGÊNCIA

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
UBS	AMADOR	CE 010 - (AMADOR), CE 040 - (AMADOR), Rua Acilon Pinto Gonçalves — (AMADOR), Rua Anzolin, Rua César Sá, Rua Farias Brito, Rua Francisco Oliveira de Almeida, Rua Cristino Maldonato, Rua Holanda Brasil, Rua José Bento (AMADOR), Rua Luis Simão, Rua Manoel Gomes, Rua Paraíso, Rua Taú, Rua Tilon Gurgel do Amaral, R. Zildenia, Tv. Manoel Gomes, Tv. Zildenia, Tv. Veleiro e Vila Cláudio Amador.
	CARARU	PRECABURA Av. Raimunda Ferreira, CE 010, R. Paulo Pio, R. Bismarck Sá, R. da Alegria, R. da Glória, R. Elisbao Pio, R. Francisca das Graças Feijó, R. Francisco das Chagas Feitosa Feijó, R. Fortaleza, R. Fuji, R. Jornalista Luis Brígido Nunes de Melo, R. José Uillamar Ferreira, R. Lisboa, R. Marcelo Nunes de Melo, R. Ramiro Ferreira Façanha, R. Santa Luzia, R. São João, R. São José, R. Sempre Verde, R. Taisa Floriano, R. Taiti, Tv. João Floriano, Tv. Jão Floriano Flor e Tv. Maria Núbia de melo. ALPHAVILLE FORTALEZA Av. Alphaville, Av. Francisco Ferreira da Silva, Av. Litorânea (CARARU), R. Aracati, R. Badejo, R. Biquara, R. Catu, R. Cel. Edinaldo Weine, R. Cumbuco, R. Dourado, R. Flexeiras, R. Garoupa, R. Itapuã, R. Jau, R. Jericoacoara, R. Marimba, R. Manoel Furtado Neto, R. Mero, R. Mucuripe, R. Pajeu, R. Parati, R. Pituba, R. Sirigado e R. Taiba.
	COAÇU 1	R. Bela Fonte, R. das Andorinhas, R. das Avoantes, R. das Camélias, R. das Codornas, R. das Graúnas, R. das Papoulas, R. das Hortências, R. das Tulipas, R. das Verbcnas, R. das Violetas, R. do Cajueiro, R. do Cruzeiro, R. do Direito, R. dos Bentivis, R. dos Crisântemos, R. dos Curiós, R. dos Girassóis, R. dos Lírios, R. dos Pintassilgos, R. dos Sabiás, Estrada do Fio, R. Fátima de Holanda, R. Francisco Rabelo, R. Francisco Fernandes, R. Jorge Miguel, R. Juritis, R. Leonardo Mota, R. Maria Eugênia Martins Rebouças, Av. dos Pardais Rodovia Dep. Joaquim Noronha Mota e Tv. dos Anjos.
	COAÇU 2	Alameda Verde, Av. José Moraes de Almeida, CE 040 (Entre a CE 010 e o limite com o município de Fortaleza), R. Alberto Nepomuceno, R. Coronel Jucá, R. Danilo Arruda, R.

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
		<p>Dejoces Monteiro, R. Francisco Costa Ribeiro, R. Helder Sá Filho, R. Jorge Miguel, R. José Edinor dos Santos, R. Lis Simã, R. Valdemar Pereira, Tv. dos Fuzileiros Navais, Tv. Valdemar Pereira.</p> <p style="text-align: center;">RESIDENCIAL QUINTAS DO LAGO</p> <p>Rua Aldemir Martins, Av. José Alencar, Rua Antonio Bandeira, Rua Barrica, Rua Eleazar de Carvalho, Rua Emílio Hinko, Rua Jader de Carvalho, Rua Patativa do Assaré, Rua Rachel de Queiroz, Rua Raimundo Cela e Rua Vicente Leite.</p>
	ENCANTADA	<p>CE 010 (Bairro Encantada), Rua Clovis Leite Martins, Rua da Olaria, Rua das Cajazeiras, Rua das Gaivotas, Rua das Goiabeiras, Rua das Orquídeas, Rua das Orquídeas, Rua das Samambaias, Rua do Cruzeiro, Rua Eduardo Case, Rua Extrema, Rua Fátima de Holanda, Rua Francisco Gabriel Severo da Guia, Rua Francisco Raimundo Monteiro Cavalcante, Rua Francisco Trajano de Abreu, Rua Honório Abreu, Rua Ivo Mendes, Rua João Roque, Rua José Holanda de Freitas, Rua José Licínio Nunes, Rua José Nunes de Melo, Rua Keila Alexandre da Silva, Rua Luis Nunes de Melo, Rua Luiz Eloy da Silva, Rua Menino Jesus, Rua Professor Luiz Crispim de Sousa, Rua Raimundo Maia da Silva, Rua Robson Lee Maia Gomes, Rua Santa Helena, Rua Santa Maria, Rua Santa Maria, Rua Santo Amaro, Rua Santo Lázaro, Rua São Francisco, Rua São Joaquim, Rua São Jorge, Rua São José (Bairro Encantada), Rua São Lucas, Rua São Mateus, Rua Vinícius Gajeira Marques, Travessa do Cruzeiro, Travessa Francisco Neto, Travessa Santa Maria e Travessa São José, Avenida da Seresta, Estrada do Fio (Entre a Rua Thomas Edson e o limite com o município de Fortaleza), Rua Cláudia Barroso, Rua da Olaria, Rua das Goiabeiras, Rua das Samambaias, Rua das Pitangas, Rua Vitória Silva, Rua Alquister, Rua Mateus Costa, Rua do Cruzeiro, Rua Agostinho, Rua São José, Rua Fátima de Holanda, Rua José Licínio Nunes, Rua Nikola Tesla, Rua São Lucas (Entre a Avenida da Seresta e Rua Fátima de Holanda) e Rua Thomas Edson.</p>
	GUARIBAS	<p>Avenida Santa Cecília, Avenida Santa Cecília (Entre a CE 040 e Estrada do Fio), CE 040 (Entre a Rua Zildenia e Avenida Santa Cecília), Rua 1, Rua 4, Rua Acilon Gonçalves Pinto (Entre a Rua Guaribas e Rua Gerardo Rolim), Rua Antonio Mariano de Freitas, Rua Basílio Ferreira da Silva, Rua Cel. Francisco Carlos, Rua da Azeitona, Rua Djanira Pinheiro Ellery, Rua Estrada do Fio (Entre a CE 010 e Avenida Santa Cecília), Rua Euclides Cunha, Rua Francisco Cândido Xavier, Rua Francisco Oliveira de Almeida, Rua Gerardo Rolim, Rua</p>

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
		Guaribas, Rua Isabel Nunes Bezerra, Rua Isaias Façanha, Rua Isaias Façanha de Sousa, Rua Jacinta Pereira da Silva, Rua Jose Bento (Ente a Rua Christiano Maldonado e Rua Estados Unidos), Rua Luciano Lucas Júnior, Rua Manoel Jorge de Castro, Rua Marcela Marina Nascimento, Rua Moisés Baltasar, Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua Nossa Sra. da Conceição, Rua Nossa Sra. do Carmo, Rua Otoni Sá, Rua Pe. Cícero, Rua Raimundo Guimarães (Entre a Rua Zildenia e Rua Euclides Cunha), Rua São Antonio, Rua São Francisco, Rua São José, Rua Zildenia, Travessa Caetano, Travessa Marcos Antonio e Travessa Russana.
	JABUTI KM 19	Avenida Gilmar Amora Ponte, Rua Adenício Ferreira da Silva, Rua Antonino Mazza de Araújo, Rua dos Morais, Rua Edmilson Pinto Vidal, Rua Eduardo Sá, Rua Hilda Monteiro Lemos da Silva, Rua Jacó Laurentino, Rua João Martins Leitão, Rua José Oliveira Serra, Rua Lírio Jadoski, Rua Luis Moreira Gomes, Rua Manelita Mazza de Araújo, Rua Maria Batista, Rua Maria Delmiro, Rua Marino Albuquerque, Rua Mário Sales, Rua Neusa Freitas Sá, Rua Raimundo Veloso, Rua Raul Tavares, Rua Valdemiro Barros de Araújo, Rua Vinte e Três de Junho, e Rodovia Santos Dumont BR-116 (Entre a Rua Eduardo Sá e a Estrada Jabuti).
	JABUTI KM 20	Avenida Antonio Sobreira, Avenida Antônio Mendes da Silva, Avenida Vinte e Três de Junho, Rua Almir Lopes, Rua Antônio Mendes da Silva, Rua Antonio Vieira Melo, Rua Antonio Vitor Coelho, Rua Carlos Augusto Bezerra Alexandre, Rua da Liberdade, Rua da Paz, Rua dos Constantinos, Rua dos Morais, Rua Eduardo Sá, Rua Francisco Calicar, Rua Francisco Jorge, Rua Francisco Linhares, Rua Francisco Rodrigues, Rua José Domingos de Oliveira, Rua José Guimarães, Rua José Quaresma, Rua Lírio dos Vales, Rua Lourival Sales, Rua Manoel Pereira, Rua Manoel Pretinho, Rua Maria Cândida, Rua Maria das Graças Bernardo Gregório, Rua Nova Esperança, Rua Oliveira Paiva, Rua Oliveira Ramos, Rua Roseno de Freitas Gonçalves, Rua Santa Helena, Rua São Benedito, Rua Sonho Alegre, Rua Valdemiro de Sousa Matos, Rodovia Santos Dumont (Entre as Ruas Lírio dos Vales e Eduardo Sá), Travessa Lúcio Vieira do Vale e Travessa Emília Francisca Sales.
	JABUTI KM 21	Rua Antônio Galdino, Rua Elza Cajueiro, Rua Francisco Calicar, Rua Francisco Cícero Pereira da Silva, Rua Francisco Rodrigues, Rua Goiás, Rua Guarani, Rua José Cirilo, Rua José Guimarães, Rua Lírio dos Vales, Rua Manoel Pereira, Rua Manoel Pretinho, Rua Maria Cândida, Rua Santa Helena, Rua São Benedito, Rodovia Santos Dumont (Entre a Rua Lírio dos Vales e Limite com o município de Itaitinga), Travessa Cícero Bernardo Alves, Travessa

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
		Francisca de Brito Torres, Travessa Francisco Rodrigues, Travessa Maria José do Nascimento, Travessa Guarani, Travessa Maria Lucy da Silva e Travessa Santa Helena.
	LAGOINHA 1	Avenida Coronel Cícero Sá (Entre Avenida Brasília e Rua Ana Maria Souza), Avenida Brasília (Entre Avenida Coronel Cícero Sá e Rua Pioneiro), Rua Caramuru, Rua Criciúma, Rua Desembargador Pedro Pinheiro de Melo, Rua Estrela, Rua Fares Andrade Said, Rua Guarimirim, Rua Iracilda Oliveira Melo, Rua Itajaí, Rua João Venâncio, Rua Joinville, Rua José Jorge Said, Rua Miguel Ximenes Melo, Rua Raimunda Silva Lopes, Rua Raimunda Soares Silva, Rua São Miguel e Travessa São Miguel.
	LAGOINHA 2	Avenida Eusébio de Queiroz (Entre a Avenida Parnamirim e a CE 040), Avenida Coronel Cícero Sá, 23 de junho, Rua Ana Maria de Sousa, Rua da Garagem Rua José Cândido, Avenida Brasília, Rua Luz do Sol, Rua Portal do Sol, Rua Vila do Sol, Rua Dercy Gonçalves, Rua Irmã Ambrosina, Travessa Pioneira, Rua Santa Adélia, Rua da Paz, Rua Santo Antonio, Francisco Evandro do Amaral, Avenida Blumenau, Rua Maria Beatriz Cruz e Travessa Letícia Alves.
	LAGOINHA 3	<p>CENTRO</p> <p>Avenida 1° de maio, Avenida Blumenau, Avenida Eusébio de Queiroz, Avenida Eusébio de Queiroz, Avenida Nova Contorno, Avenida Parnamirim, Avenida Xará Barros, Beco do Júlio, CE 040 (Entre a Avenida Parnamirim ao Limite com o município de Aquiraz), Rua Ana Felício, Rua Antonio Lisboa Carneiro, Rua Bahia,</p> <p>Rua Chorozinho, Rua Demerval Carneiro, Rua Dionísio Alves de Oliveira, Rua Irmã Carneiro, Rua Itajaí, Rua Jaime Sampaio, Rua Liberalino Carlos Silva, Rua Libório Gomes da Silva, Rua Luís Pedro dos Santos, Rua Mário Perdigão Bastos, Rua Minerolândia, Rua Naldimar Alves da Silva, Rua Ornar Coelho, Rua Santa Cecília, Rua Santa Tereza, Rua São Cristóvão, Rua São Mateus, Rua Sebastião de Queiroz Pontes, Rua Timbaúba, Rua da Silva Lopes, Rua da Silva Lopes, Travessa Bahia e Travessa da Paz.</p> <p>LAGOINHA</p> <p>Rua Abílio Martins, Rua Arco-íris, Rua Caramuru, Rua Criciúma, Rua Desembargador Pedro Pinheiro de Melo, Rua Desembargador Wilson de Norões Milfont, Rua Francisca Idalina do Nascimento, Rua Guarimirim, Rua Iracilda Oliveira Melo, Rua João Venâncio, Rua José Airtton, Rua José Jorge Said, Rua Padre Cícero, Rua Santa Luzia, Rua Santa Tereza, Rua Santa Terezinha, Rua São José, Travessa Platão e Vila São João.</p> <p>PIRES FAÇANHA</p>

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
		CE 040 (Entre a Rua Naldimar Alves da Silva e Avenida Eusébio de Queiroz), Rua Caramuru, Rua da Felicidade, Rua Naldimar Alves da Silva e Rua Pires Façanha.
	MANGABEIRA 2	Rua Beija Flor, Rua Brigadeiro Holanda, Rua da Esperança, Rua Guabiraba, Rua João Abreu, Rua Ramiro Abreu, Rua Rita Elita Damasceno Abreu, Rua São Camilo, Rua Serafini, Rua Simone Vasconcelos, Rua Simpliciano Campeio, Rua Valdomiro de Abreu Lima, Travessa Antonio Ferreira de Araújo, Travessa São Camilo 1 e Travessa São Camilo 2. TIMBU Avenida Francisco Ferreira da Silva (Entre a Rua Alan Kardec e Rua Eliezer Ferreira Parreão), Rua Agnaldo Germiniano de Almeida, Rua Alan Kardec, Rua Antonio Façanha de Abreu, Rua Doutor Hilton Santos, Rua Elias Lopes Pinheiro, Rua Flósculo Barreto, Rua Francisca Gomes da Conceição, Rua Idalina Ribeiro, Rua Irmã Maria Conceição Xavier, Rua Jéssica Loren, Rua José de Alencar, Rua Luma de Oliveira, Rua Major Cunha, Rua Maria Eunice Costa da Silva, Rua Maria Leolinda Bezerra Pinheiro, Rua Miguel Tavares Façanha, Rua Otávio Galdino de Sousa, Rua Pâmela Loren, Rua Raquel de Queiroz, Rua Rita Maria Teotônio, Rua Vicente Antônio de Araújo e Travessa Lima de Oliveira.
	NOVO PORTUGAL	Estrada do Fio (Entre a Rua Oiti e o limite com município de Aquiraz), Rua Bela Fonte, Rua José Honorato da Silva, Rua José Honorato da Silva, Travessa Bela Fonte II, Travessa Bela Fonte I, Rua Francisco Océlio Simões Tavares, Rua 2, Rua 4, Rua 6, Rua 8 e Rua 10. PIRES FAÇANHA CE 040, Rua José Airton de Paiva, Rua José Bento, Rua José Licínio Nunes, Rua Paulo Henrique da Silva Almeida, Rua Pires e Rua Rafael Por Deus. PIRES FAÇANHA (ALPHAVILLE EUSÉBIO) Avenida Europa, Rua Alemanha, Rua Austrália, Rua Bélgica, Rua Dinamarca, Rua Espanha, Rua França, Rua Grécia, Rua Holanda, Rua Inglaterra, Rua Itália, Rua Luxemburgo, Rua Mônaco, Rua Noruega e Rua Suécia.
	OLHO D' ÁGUA	Rua Honório Abreu e Rua Olho D'Água (Entre a Rua Honório Abreu e Rua Tilde Gurgel), Rua Francisco da Silva Araújo, Rua Afonso Rodrigues da Costa, Rua Agnaldo Germiniano de Almeida, Rua Antônio Diniz Ferreira, Rua Cerelina Dantas de Almeida, Rua da Seresta, Rua Eliseu Pereira Silvino, Rua Fancy Wagner, Rua Francisco Océlio Abreu da Silva, Rua Izabel Monteiro, Rua Joao Gadelha Noronha

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
		<p>Rua João Lourenço Fernandes, Rua Joaquim Sá, Rua José Hélio Mathias, Rua Karl Wagner, Rua Leonisa Alves, Rua Leopoldo Wagner, Rua Major Cunha, Rua Manoel Rodrigues, Rua Maria Moreira da Silva, Rua Professor Murilo Montenegro, Rua Raimunda Batista Teodoro, Rua Ricardo Batista da Silva, Rua Sargento Moacir Pereira da Silva, Rua Tainá Floriano, Rua Venâncio Brito de Mesquita, Rua Vila Nova Rua Williamson Ribeiro e Travessa Joaquim Sá.</p>
	<p>PARQUE HAVAI</p>	<p>Rua Bahia (Entre a Rua Maranhão e Avenida Brasília), Rua Blumenau (Entre as Ruas Maranhão e Avenida Brasília), Rua Ceará (Entre a Rua Francisco Evandro do Amaral e Rua Blumenau), Rua da Paz, Rua da Vitória, Rua Francisco Evandro do Amaral (Entre a Rua Maranhão e Avenida Brasília), Rua Irmã Ambrosina (Entre as Ruas Maranhão e Avenida Brasília), Rua Isabel Cosmo, Rua Luiz Ferreira da Silva, Rua Maranhão (Entre Avenida Coronel Cícero Sá e Rua Blumenau), Rua Mato Grosso do Sul, Rua Minas Gerais (entre as Ruas Maranhão e Avenida Brasília), Rua Paraná (Entre as Ruas Maranhão e Avenida Brasília), Rua Pernambuco (Entre a Rua Maranhão e Avenida Brasília), Rua Piauí (Entre Rua Francisco Evandro do Amaral e Rua Blumenau), Rua Rio Grande do Norte, Rua Santa Catarina, Rua São Paulo (Entre as Ruas Piauí e Avenida Brasília), Travessa Brasília. Avenida Arthur Chagas Filho, Avenida Blumenau (Entre as Rua Augusta Sá e Rua Maranhão), Avenida Coronel Cícero Sá (Entre as Ruas Maranhão e Avenida Noé Leite de Freitas), Avenida Noé Leite de Freitas, Avenida Zenóbio Leandro Evangelista, Rua Acre, Rua Amazonas, Rua Augusta Sá, Rua Augusto Batista de Oliveira, Rua Amapá, Rua Barão da Ibiapaba, Rua Barão de Camocim (Entre as Ruas Escritora Rachel de Queiroz e Rua Maranhão), Rua Blumenau, Rua Costa Machado, Rua Daniela Perez, Rua Escritora Rachel de Queiroz, Rua Francisco Evandro do Amaral (Entre as Rua Barão de Camocim e Rua Maranhão), Rua João Jorge da Costa, Rua José Basílio, Rua José Juvenil de Vasconcelos, Rua José Silva Alves Menezes, Rua Maranhão, Rua Menino Jesus de Praga, Rua Milton Gonçalves de Oliveira, Rua Minas Gerais (Entre a Avenida Cícero Sá e Rua Maranhão), Rua Pará, Rua Paraíba, Rua Paraná (Entre as Rua Blumenau e Rua Maranhão), Rua Paula Lopes, Rua Pernambuco (Entre as Ruas Paraíba e Rua Maranhão), Rua Porto Alegre, Rua Santa Clara, Rua Santa Maria Santana, Rua Santa Rira, Rua Santo Antonio, Rua Santo Antonio, Rua São Francisco, Rua São José, Rua São Lázaro, Travessa Campinas, Travessa Macapá, Travessa Minas Gerais, Travessa Paranaguá, Travessa Ponta Grossa e Travessa São Lázaro.</p>

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
	SANTO ANTONIO 1	<p align="center">CIDADE ALPHA (TERRAS ALPHAVILLE CEARÁ 3)</p> <p>Alameda Caiçara do Norte, Alameda da Concha, Alameda da Costa, Alameda das Caravelas, Alameda do Forte, Alameda dos Naufragos, Alameda Mar e Sol, Alameda Mar Moreno, Alameda Ponta do Mel, Alameda Refúgio e Estrada Jabuti – Eusébio.</p> <p align="center">CIDADE ALPHA (TERRAS ALPHAVILLE CEARÁ 4)</p> <p>Alameda Bitupitá, Alameda Cauipe, Alameda Iguape, Alameda Jericoacoara Alameda Mundau, Alameda Tabuba, Alameda Taiba, Estrada Jabuti – Eusébio e Estrada Jabuti - Eusébio</p> <p align="center">CIDADE ALPHA (ALPHAVILLE CEARÁ RESIDENCIAL 3)</p> <p>Alameda Austrália, Alameda Colombia, Alameda Croácia e Alameda Zelândia.</p>
	SANTO ANTONIO 2	<p align="center">JABUTI</p> <p>Rua Domingos Sávio, Rua Domingos Sávio, Rua Estrada Guanani, Rua Francisco Martins, Rua Lúcia Nunes, Rua Lúcia Nunes e Rua Valdomiro Trajano.</p> <p align="center">CIDADE ALPHA (ALPHAVILLE CEARÁ I)</p> <p>Alameda Alemanha, Alameda Atlântica, Alameda Bélgica, Alameda França, Alameda Grécia, Alameda Holanda, Alameda Inglaterra, Alameda Luxemburgo, Alameda Noruega, Alameda Portugal, Alameda Rússia, Alameda Suíça e Alameda Turquia.</p> <p align="center">CIDADE ALPHA (ALPHAVILLE CEARÁ II)</p> <p>Alameda Canadá, Alameda Costa Rica, Alameda Estados Unidos, Alameda Granada, Alameda Granada, Alameda Guatemala, Alameda Nicarágua, Alameda Panamá, Alameda Paraná, Alameda Paraná, Alameda Santa Lúcia e Alameda Uruguai.</p> <p align="center">CIDADE ALPHA (TERRAS ALPHAVILLE CEARÁ I)</p> <p>Alameda Águas Bela, Alameda Barra Nova, Alameda Campestre, Alameda da Barrinha, Alameda Lagoa do Mato, Alameda Lagoinha, Alameda Morro Branco, Alameda Nicarágua, Alameda Porto das Dunas, Avenida Pacifico e Portal das Almas.</p> <p align="center">CIDADE ALPHA (TERRAS ALPHAVILLE CEARÁ II)</p> <p>Alameda da Sereia, Alameda do Cajueiro, Alameda do Porto, Alameda Olho D'água, Alameda Pedra do Sol, Alameda Ponta da Areia e Alameda São Luis.</p>

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
	TAMATANDUBA 1	<p style="text-align: center;">COAÇU (JARDINS IBIZA)</p> <p>Alameda das Acácias, Alameda das Américas, Alameda das Azaléias, Alameda das Betunias, Alameda das Carnaúbas, Alameda das Hortências, Alameda das Magnólias, Alameda das Orquídeas, Alameda das Tulipas, Alameda dos Carmélias, Alameda dos Gerânios, Alameda dos Girassóis, Alameda dos Lírios, Avenida Beira Rio, CE 040 (Entre a CE 010 e o Limite com o município de Fortaleza), Rua Tamatanduba e Avenida dos Jardins.</p> <p style="text-align: center;">SANTA CLARA</p> <p>4º Anel Viário, Rua Antonio Roberto, Rua Duarte Coelho, Rua Francisca Cláudia Paz de Sousa, Rua Francisco Cláudio, Rua Francisco Leôncio Sales, Rua Joao Balbino, Rua Luis Linhares, Rua Maria Benilde, Rua Mossoró, Rua Rufino Ferreira da Silva, Rua Santa Clara e Rua São Miguel.</p> <p style="text-align: center;">COAÇU</p> <p>Avenida Gardens, 4º Anel Viário, Alameda Carmélias, Alameda das Acácias, Alameda das Américas, Alameda das Azaléias, Alameda das Betunias, Alameda das Carnaúbas, Alameda das Hortências, Alameda das Magnólias, Alameda das Orquídeas, Alameda das Tulipas, Alameda dos Gerânios, Alameda dos Girassóis, Alameda dos Lírios, Avenida Beira Rio, CE 040 e Rua Tamatanduba.</p> <p style="text-align: center;">CLUBE VILLE LOTEAMENTO</p> <p>4º Anel Viário, Avenida Izauro Gomes Parente, Avenida Vicente Dourado, Rua Francelino Tavares de Abreu, Rua Inácio Rodrigues Callou, Rua Iolanda Queiroz, Rua José Aroldo Gomes de Oliveira, Rua Pe. Cícero e Rua Pe. Ibiapina</p>
	TAMATANDUBA 2	<p>Rua Antonio Sá e Silva, Rua Cecília Batista Santiago, Rua Désio Vasconcelos, Rua Doze, Rua Ezequiel Campina e Rua Santa Adélia.</p> <p style="text-align: center;">COITÉ</p> <p>Avenida Eusébio de Queiroz, CE 040 (Entre as Ruas Antonio Sá e Silva e Avenida Eusébio de Queiroz), Rua 04, Rua 05, Rua 06, Rua 15, Rua Alisson Silva dos Santos, Rua Antonio Martins de Freire, Rua Antonio Sá e Silva, Rua D, Rua Désio Vasconcelos, Rua Doze, Rua Dr. Raimundo Gomes Guimarães, Rua Industrial Amílcar Araújo, Rua Jair Ceron, Rua</p>

ÁREA DE ATUAÇÃO	MICROÁREA	LOGRADOUROS DOS BAIRROS ONDE OS (AS) CANDIDATOS (AS) DEVEM RESIDIR
		Jerusalém, Rua José Mário Viana da Silva, Rua José Vidal, Rua Luis Cossa, Rua Luis Gouveia, Rua Martins Ramires, Rua Mato Grosso, Rua Nossa Senhora de Nazaré, Rua Onze, Rua Pompilho Soares, Rua Professor Daniello Dias, Rua Quixadá, Rua São Francisco, Travessa Dr. Raimundo Gomes Guimarães e Travessa Dona Lindóia.
	TIMBU 1	Rua Alcina Façanha Abreu, Rua Antonio Façanha de Abreu, Rua Edmundo Tavares, Rua Fernando de Sousa Gadelha, Rua Francisco Tavares de Abreu, Rua Hungria, Rua Iracema, Rua Janete Maria dos Santos, Rua Miguel Abreu, Rua Nova Brasília, Rua Vai ter Bezerra de Sá, Travessa Abílio de Abreu Lima e Travessa Raimundo Guilherme.
	TIMBU 2	Avenida Francisco Ferreira da Silva, Rua Alan Kardec, Rua Antonio Façanha de Abreu, Rua Cícero Alves de Sousa, Rua Estrada do Fio (Entre Avenida Francisco Ferreira da Silva e Rua Antonio Façanha de Abreu), Rua Iracema, Rua Isaura Brasil da Silva, Rua João Corrêa, Rua Laura Monteiro da Silva, Rua Neusa de Freitas Sá, Rua Nova Brasília, Rua Pinheiros, Rua Roberta Monteiro, Rua Rosália Maia, Rua Thomas Nogueira, Rua Tropical, Rua Tropicália, Rua Versales, Travessa José Norberto da Silva e Travessa Sílvia Loiola.
	URUCUNEMA	Alameda das Azeitonas, Alameda das Cajazeiras, Alameda das Caramboleiras, Alameda das Goiabeiras, Alameda das Mangueiras, Alameda das Pitangueiras, Alameda dos Cajueiros, Alameda dos Coqueiros, Alameda dos Jambeiros, Avenida das Palmeiras, Avenida dos Ferroviários, Rua Beira Rio, Rua Cecília Meireles, Rua Cristóvão Galvão, Rua das Rosas, Rua Graciliano Ramos, Rua João Guimarães, Rua Jorge Amado, Rua José de Paula, Rua Lima Barreto e Rua Martins Pena, Rua Neci Nogueira de Lima, Rua Raimundo Holanda Coelho, Rua Santa Rita de Cássia e Rua Seis Irmãos. VEREDA TROPICAL Avenida Cícero Sá, Rua Antonio Teixeira, Rua Aurora, Rua Chagas Mariquita, Rua Comediante Chico Anísio, Rua das Antenas, Rua Francisco Baima de Almeida, Rua Jacarandá, Rua João Carlos Gondim, Rua João de Castro, Rua José Alves Pinheiro, Rua Luiz Gonzaga, Rua Noé Leite de Freitas, Rua Oiticica, Rua Pequi, Rua Quiquinho Feitosa, Rua Vereda Tropical, Trave Evangélica, Travessa Luis Gonzaga e Travessa Segunda.

** A territorialização na Atenção Primária em saúde refere-se à prática de organizar e planejar as ações de saúde com base na divisão territorial, levando em consideração as características e necessidades específicas de uma determinada área geográfica. Esse conceito está alinhado com os princípios da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e da Atenção



Primária no Brasil. A territorialização envolve a divisão de uma região em unidades menores, como microáreas, que foram mencionadas acima, com suas identificações pelo número a qual registramos em nosso cadastro no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), através do Agente Comunitário de Saúde (ACS). A microárea, tem um perfil dinâmico que permite ajustes em suas delimitações fronteiriças no território, a qual é realizada a partir da homogeneidade de grupos socioeconômicos e culturais, de risco ou não, com intuito de melhoria das condições de saúde, a qual deverá ser composta de no máximo 750 pessoas, segundo Política Nacional de Atenção Básica - PNAB. Portanto, a delimitação de cada microárea apresentada não é permanente, visto que o crescimento populacional ou as condicionantes de saúde podem provocar alteração nessas delimitações no território.

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2024

ANEXO II - QUADRO DE PROVAS

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

PROVAS		N.º QUESTÕES	VALOR QUESTÃO	NOTA MÍNIMA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS GERAIS	Língua Portuguesa	10	2,5 pontos	50 pontos
	- Noções de informática - Noções de Direito Administrativo e Constitucional - Matemática - Conhecimentos sobre o Município	10		
	Conhecimentos Específicos	20		

ANEXO III
PROGRAMA DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024

1. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1.1 LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa. Norma culta: ortografia, acentuação, emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação. Formação de palavras, prefixo, sufixo, classes de palavras, regência, concordância nominal e verbal, flexão verbal e nominal, sintaxe de colocação. Produção textual. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos. Emprego de tempos e modos dos verbos em português. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Transitividade e regência de nomes e verbos. Padrões gerais de colocação pronominal no português. Estilística: figuras de linguagem. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo. Norma culta.

1.2. NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A Administração Pública: princípios da Administração Pública. Poderes administrativos. Atos administrativos. Licitações e contratos administrativos. Serviços públicos. Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional. Cargo, emprego e função pública. Órgãos públicos. Improbidade administrativa. Processo administrativo. Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º; dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º; dos Direitos Sociais – arts. 6º ao 11º; da Nacionalidade – arts. 12º e 13º; dos Direitos Políticos – arts. 14º ao 16º; da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º; dos Municípios – arts. 29º ao 31º; da Administração Pública – arts. 37º ao 41º.

1.3. NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, arquitetura de computadores, procedimento de backup e recuperação contra desastres, sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11). Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace). Rede de Computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, grupos de discussão, redes sociais, aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome). Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (Email do Windows, Mozilla Thunderbird e similares). Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord, etc.). Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.). Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).

1.4. MATEMÁTICA

Raciocínio lógico. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros e racionais. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Resolução de problemas. Regra de três simples e porcentagem. Geometria básica. Sistema monetário brasileiro. Noções de lógica. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo. Fundamentos de Estatística.

1.5. CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

História de Eusébio. Aspectos geográficos e Municípios circunvizinhos. Emancipação e Fundação da Cidade. Promulgação da Lei Orgânica da Cidade. Administração Municipal. Datas Significativas e Comemorativas do Município. Fatores Econômicos da Cidade. Demais aspectos gerais a respeito do Município de Eusébio.

2. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Biologia e hábitos do vetor (*Aedes Aegypti*). Doença: definição, agente causador, sinais e sintomas, modo de transmissão, períodos de incubação e transmissibilidade, diagnóstico e tratamento. Atividades Educativas: segurança no trabalho - prevenção de acidentes. Biologia e hábitos do vetor (*Lutzomyia longipalpis* - Mosquito Palha). Doença (no homem e no cão): definição, agente causador, modo de transmissão, períodos de incubação e de transmissibilidade, diagnóstico e tratamento. Reservatórios. Medidas Preventivas. Conceito de vigilância sanitária, epidemiologia, biologia, mecanismo de transmissão, patologia, medidas preventivas e controle de zoonoses - dengue, zika vírus, chikungunya, febre amarela, teníase, cisticercose, leptospirose, raiva, toxoplasmose, leishmaniose, (visceral e cutânea), febre tifoide, difteria, cólera, febre maculosa, hantaviruses, doença de chagas, malária, controle de roedores, reservatórios e animais peçonhentos. Padrões de potabilidade de água para consumo humano, sistema público de abastecimento de água, inspeções para sistema de abastecimentos de água. Noções gerais de saúde pública. Noções sobre a transmissão de doenças e respectivo tratamento. Políticas de saúde. Diretrizes e bases da implantação do SUS. Constituição da República Federativa do Brasil - dispositivos relacionados à Saúde. Organização da atenção básica no Sistema Único de Saúde. Portaria de Consolidação n.º 6, de 28 de setembro de 2017. Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue. Tratamento adequado do lixo, reciclagem do lixo, classificação do lixo. Poluição ambiental e Desmatamento. Decreto n.º 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a Lei n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei n.º 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Portaria n.º 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos, interpretação demográfica, conceito de territorialização, micro-área, área de abrangência, visita domiciliar. Política Nacional de Humanização (PNH). Vigilância em Saúde – epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. Conceitos básicos: endemia, epidemia, pandemia, hospedeiro, reservatório, vetor de doença. Doenças de Notificação Compulsória no Estado. Doenças: verminoses, tracoma, hanseníase, diarreia, tuberculose, hantaviruse, leishmaniose, raiva, toxoplasmose, leptospirose, esquistossomose, doença de chagas: definições, agente etiológico, reservatório/vetor/hospedeiro, sinais e sintomas, modos de transmissão, períodos de incubação e transmissibilidade, diagnóstico e tratamento, medidas de prevenção e controle. Animais peçonhentos: medidas de controle para escorpianismo e ofidismo.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Atribuições do ACE. Prevenção e controle de endemias. Noções básicas sobre zoonoses, educação e mobilização em saúde. Agravos ao homem pela ação de animais peçonhentos. Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Febre Chikungunya, Malária, Esquistossomose, Ebola, dentre outras. Controle ético da população de cães e gatos: guarda responsável e controle populacional de cães e gatos; Situação do Programa de controle populacional de cães e gatos; Raiva: noções sobre a doença, vacinação anti-rábica animal, controle de morcegos em áreas urbanas; Roedores / Leptospirose: controle de roedores em áreas urbanas; leptospirose: sintomas, transmissão, prevenção; Animais Peçonhentos: ofídeos, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (*Lonomia obliqua*): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros. A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde 8.080/90. Epidemiologia: conceitos básicos. Situação epidemiológica. Meio ambiente e saneamento. História Natural e prevenção de doenças. Visita domiciliar. Lei 11.350 de 05 de outubro de 2006. Doenças de notificação compulsória. Indicadores de Saúde. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Formas de aprender e ensinar em educação popular Promoção da saúde: conceitos e estratégias. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Noções de ética e cidadania. Saúde do Trabalhador.

ANEXO IV
ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	<p>Atualização de instrumentos para diagnósticos demográfico e sociocultural da comunidade de sua área de atuação; Execução de atividades de educação para a saúde individual e coletiva; Registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimento, de óbito, doenças e outros agravos observados na saúde da população; Estimulo à participação da comunidade nas políticas públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida; Realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; Participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e as outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida.</p>
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	<p>Desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde; Realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica; Identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável; Divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; Cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; Execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; Execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; Registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS; Identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais.</p>

ANEXO V
FÓRMULA - PONTUAÇÃO FINAL

PF = PONTUAÇÃO FINAL

NPCG = NOTA DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

NPESP = NOTA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PONTUAÇÃO FINAL – NÍVEL MÉDIO

PF= NPCG+ NPESP

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2024

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA, SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO.

Dados do candidato:

NOME:	
INSCRIÇÃO:	RG:
CARGO/EMPREGO:	
TELEFONE:	CELULAR:

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? SIM NÃO

Se sim, especifique a deficiência:

N.º do CID: _____

Nome do médico que assina do Laudo:

N.º do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? SIM NÃO

SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA)

MESA PARA CADEIRANTE

SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE

LEDOR

TRANSCRITOR

PROVA EM BRAILE

PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24)

INTERPRETE DE LIBRAS

OUTRA. QUAL?

ATENÇÃO: Esta declaração e a cópia do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados até o último dia do período de inscrição, conforme disposto no Edital.

EUSÉBIO, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento



INSTITUIDO PELO EDITAL 001/2024

ANEXO VII – FORMULÁRIO PARA RECURSOS

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO

CARGO:

COD:

Nome:

CPF:

Endereço:

Tipo de prova: Prova Objetiva 1 Prova Objetiva 2 Prova Objetiva 3

Prova Física/Prova de Título Demais etapas

Questão da prova objetiva:

Resposta do gabarito preliminar: () Item a () Item b () Item c () Item d () Item e

Resultado da Prova Física, Prova de Título, Avaliação Psicológica ou Avaliação Psicossocial:

Motivo do recurso:

Mudança de gabarito: do item ____ para o item ____

Questão anulada

Procedimento da Prova Física, Avaliações Psicológica ou Psicossocial

Mudança do Resultado da Prova de Título, Prova Física, Avaliações Psicológica ou Psicossocial

Outros motivos

Fundamentação do recurso*:

*Conforme este Edital: “serão indeferidos os recursos que não estiverem devidamente fundamentados”.

INSTITUIDO PELO EDITAL 001/2024

ANEXO VIII – REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO

Eu, _____, candidato ao cargo de _____, Cód. _____, apresento e declaro ser de minha exclusiva responsabilidade a apresentação dos documentos anexos. Estes são verdadeiros e válidos na forma da Lei, sendo comprovados conforme Edital 001/2024 para fins de isenção do pagamento da Taxa de Inscrição no Concurso Público da Prefeitura Municipal de EUSÉBIO-CE.

Por ser expressão da verdade.

Pede deferimento.

EUSÉBIO, _____ - _____, _____ de 2024.

CANDIDATO

CPF: _____

Recebido e conferido por _____

Nome do técnico responsável pelo recebimento deste documento.

(Quando os documentos são recebidos pessoalmente)